

Ano XVI nº 4630 – 09 de julho de 2013

Projeto de Lei 4330 volta a ser discutido



As centrais sindicais apresentaram ontem, dia 08/07, na segunda reunião da mesa de negociação quadripartite que envolve empresários, governo e parlamentares, as propostas dos trabalhadores para uma justa regulamentação da terceirização, sem precarização do trabalho.

A terceira rodada da mesa quatripartite, que definirá os próximos encaminhamentos para a regulamentação da terceirização, será realizada nesta terça-feira 09/07, às 9h30, em Brasília.

As propostas das centrais sindicais nos debates são: igualdade de direitos, direito à informação prévia, limites para a terceirização, tipo de responsabilidade entre as empresas e penalização dos infratores.

Tanto parlamentares quanto empresários fizeram questão de afirmar que, se não houver consenso nesta terça-feira, o PL 4.330 será votado na CCJC da Câmara amanhã, dia 10/07. Caso as negociações avancem, a votação pode ser adiada novamente por um período maior até que as partes cheguem a um acordo.

Aliás, o representante da Fenaban, Magnus Apostólico, vem comandando a bancada dos empregadores, o que comprova o grande interesse dos banqueiros junto com os demais empresários na aprovação do PL 4.330. Imagine os bancos com uma lei que, além de legalizar o que já foi terceirizado, ainda possibilite terceirizar caixas, gerentes e outras funções.

Avanços no programa de reabilitação do Bradesco

O Bradesco aceitou a proposta da Contraf-CUT, federações e sindicatos de não incluir funcionário afastado pelo INSS no programa de reabilitação profissional. Além disso, prometeu que irá estudar a sugestão de compartilhar o processo de reabilitação com entidades de defesa dos trabalhadores.

O anúncio ocorreu na sexta-feira 05/07, em reunião entre representantes das entidades sindicais e o banco. O programa de reabilitação profissional faz parte da Campanha de Valorização dos Funcionários e está na pauta de reivindicações dos bancários.

Na reunião, os dirigentes sindicais apresentaram propostas a partir das premissas que o banco havia previamente definido. Uma das principais exigências do movimento sindical foi atendida, os funcionários afastados pelo INSS e que, de acordo com o que determina a CLT estão com o contrato de trabalho suspenso, não serão o foco do programa, que deverá se ater só ao bancário que estiver retornando às suas funções.

SINDBANCÁRIOS DEVOLVE IMPOSTO SINDICAL

O SindBancários Petrópolis acredita que a luta da categoria deve ser feita com recursos próprios oriundos das filiações que ocorrem por vontade própria de cada trabalhador que acredita na luta que está sendo feita pela entidade. Por ser contrário ao desconto do imposto sindical, a mais de dez anos, o sindicato devolve a parte que lhe cabe (60%), aos bancários filiados ou não a entidade.

Nesta terça-feira (09/07), o sindicato devolve o valor do imposto sindical aos funcionários do Itaú Unibanco.

ATENÇÃO FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Devido à inconsistência na lista fornecida pelo banco, alguns funcionários não receberam o crédito do imposto sindical em suas contas. Nos próximos dias efetuaremos os devidos acertos.